

# MOVIMENTOS CAMPONESES NA AMÉRICA LATINA E CRÍTICA DA MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE NO CAMPO: AS FRONTEIRAS ABERTAS DO MST\*

PEASANT MOVEMENTS IN LATIN AMERICA AND DERIVATION OF  
MODERNIZATION DEPENDENT ON THE FIELD: THE MST OPEN BORDERS

Deni Ireneu Alfaro RUBBO

*Bolsista CNPq. Mestrando em Sociologia. USP –  
Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas. Pós-Graduação em Sociologia. São  
Paulo – SP – Brasil. 05508-080 – deni\_out27@uol.com.br*

**RESUMO:** Na condição histórica de substrato necessário à estratégia mundial da acumulação capitalista, os assim chamados sistemas subnacionais periféricos – como o Brasil e a América Latina – notabilizaram-se por um processo histórico de modernização dependente no campo, o que sugere um forte apego às experiências políticas e econômicas atreladas à ideologia do progresso. O objetivo deste artigo é apresentar e problematizar, mesmo que de maneira preliminar, que os movimentos camponeses tem se mostrado um dos principais agentes de crítica da modernização do campo. A hipótese central é a de que o tema da internacionalização, especialmente no MST – manifestado concretamente na articulação com a CLOC e a Via Campesina – é o alicerce fundamental de um projeto político latino-americano que se liga a outros movimentos populares do campo. Tal projeto fundamenta uma compreensão das dimensões supranacionais da problemática agrária, incorporando, igualmente, outros tópicos – como a biodiversidade e o meio ambiente.

---

\* Uma versão preliminar deste texto com o título “Internacionalização e crítica do progresso: as fronteiras abertas do MST” foi apresentada no I Seminário Internacional “Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente”, realizado no dia 11 e 12 de maio de 2011, pelo Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e no 38º Encontro de Estudos Rurais e Urbanos, realizado nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2011, na Universidade de São Paulo (USP).

**PALAVRAS CHAVES:** América Latina. Modernização dependente no campo. Articulações internacionais. MST.

**ABSTRACT:** *In the historical condition of substrate necessary for the global strategy of capitalist accumulation, the so-called peripheral sub-systems – such as Brazil and Latin America – is notorious for a historical process of modernization depends on the field, which suggests a strong attachment to the political experiences and tied to economic ideology of progress. The aim of this paper is to present and discuss, even in a preliminary way, the movements peasants has proved a major critical agents of modernization of the countryside. The central hypothesis is that the theme of internationalisation, especially in the MST – expressed concretely in conjunction with the CLOC and Via Campesina – and the fundamental building block of a political project latin american that binds to other popular movements in the field. This project establishes an understanding of supranational dimensions of land problems, incorporating also other topics - such as biodiversity and the environment.*

**KEYWORDS:** *Latin America. Modernization depends on the field. The international groups. MST.*

*O internacionalismo não é unicamente um ideal; é uma realidade histórica. Um grande ideal humano, uma grande aspiração humana não brota do cérebro nem emerge da imaginação humana mais ou menos genial. Brota da vida. Emerge da realidade histórica. É a realidade histórica presente.*

*José Carlos Mariátegui (1971, p.156).*

## **1 O caráter da periferia especial: uma assim chamada modernização dependente do campo**

Parece-nos muito mais estimulante olhar a história social do Brasil ao lado dos países de colonização espanhola, afinal, a história dos países da América Latina correm paralelas, atravessam situações sociais historicamente semelhantes, mesmo que nessa “difícil unidade” tenha, naturalmente, uma diversidade que pulsa constantemente nesse vasto continente. Da conquista, passando pelos tempos coloniais, à atualidade, talvez mais do que em outros lugares, a formação sócio-histórica do continente à qual muitos estudiosos se reportaram, ao que tudo indica, esteve – e está – em um caminho que sempre

foi decidido “a partir de fora”, o que o torna uma trajetória peculiar, **desviante**, principalmente quando se trata de compreender as antinomias inerentes ao processo nacional de modernização capitalista. Desde então, uma numerosa família de autores produziu textos tentando captar a singularidade dessa situação social e histórica, salientando que o desenvolvimento histórico do capitalismo nas nações periféricas não obedece a uma noção universalista do progresso.

Como não poderia deixar de ser, o tema agrário é um capítulo presente e indispensável da formação social brasileira e latino-americana. Não resta dúvida de que tal assunto ultrapassou o espaço nacional, podendo, desse modo, levantar questões e problemas novos. Contrariamente àquela compreensão evolucionista que assentava que os problemas sociais e econômicos no campo residiam, pois, em sua estrutura arcaica, marcada pelos restos feudais e pelo monopólio da terra, o capitalismo agrário brasileiro desenvolveu-se sempre em experiências políticas e econômicas atreladas a sua expansão capitalista e reprodução ampliada do capital. Assim, uma das chaves explicativas para os problemas circunscritos da questão agrária residem decididamente no caráter moderno do campo, que se relaciona organicamente ao contexto econômico internacional. Trata-se, então, de assinalar um processo de modernização (no campo) na periferia do capitalismo mundial que não segue um desenvolvimento igual, linear e homogêneo, mas, ao contrário, tem como ponto de partida um desenvolvimento **desigual e combinado** que rompe totalmente com as linhas evolutivas de uma perspectiva positivista.

Nessa toada, sem descurar as complexas relações existentes entre desenvolvimento econômico e político (inter)nacional, Florestan Fernandes (1975, p.127) assinala que a civilização que prevaleceu e que ofereceu alternativas históricas nas nações periféricas foi irredutivelmente a “moderna civilização ocidental”<sup>1</sup>. O processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, nessa medida, não passou incólume a esse caráter e “[...] sempre foi parte da economia brasileira estrutural e dinamicamente mais afetada pela condição apontada de heteronomia.” (FERNANDES, F., 2008, p.175). Ou seja, a economia agrária brasileira esteve sempre subordinada às economias centrais, absorvendo os padrões, as instituições e as técnicas dos países centrais, formando uma modernização *sui generis* – dependente – “[...] montada para gerar crescimento

---

<sup>1</sup> Localizada periodicamente no fim do século XVIII até as primeiras três ou quatro décadas do século XIX, quando se tem notícia de um impulso do mundo ocidental moderno. Nesse tempo, como assinala Florestan Fernandes (1975, p.15, grifo nosso), “[...] os ‘produtores’ de bens primários podiam absorver pelo menos parte do quantum que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas ‘economias coloniais’ recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno.”

econômico e desenvolvimento sociocultural externo.” (FERNANDES, F., 2008, p.177). Vistas as coisas por esse prisma, o desenvolvimento de um **capitalismo desviante** que se processa na periferia do sistema, no tocante à agricultura brasileira, forma-se e consolida-se na direção do capitalismo moderno dependente, nutrindo-se da reprodução das desigualdades abissais e, principalmente, de formas de superexploração do trabalhador do campo:

A extensa disseminação da peonagem, a escravidão por dívida, nas novas fazendas da fronteira, abertas com a onda de ocupação da Amazônia nas últimas décadas, mas não só nelas, nos fala de uma dificuldade estrutural na expansão do modo capitalista de reprodução do capital. E, portanto, naquilo que é o âmago do moderno. Aí as coisas se combinam de modo estranho. As fazendas em que tem sido encontrado o maior número de trabalhadores escravizados pertencem justamente a grandes conglomerados econômicos, não raro multinacionais. (MARTINS, 2008, p.30).

A modernização da economia agrária não é, em si e por si mesma, um fator de mudança estrutural da situação ou de superação efetiva das iniquidades socioeconômicas, culturais e políticas. Com frequência, ela se opera sem afetar profundamente a concentração social da renda e do poder. [...] Na verdade, as formas extremas de desigualdade socioeconômica, cultural e política, imperantes no mundo agrário brasileiro, constituem requisitos *sine qua non* para a reprodução do trabalho não-pago, semipago e pago de modo ultrapassado. (FERNANDES, F., 2008, p.188).

Ou seja, a desigualdade social brasileira no campo – tornando-se então secular a **questão** agrária no país – não estaria na chave explicativa do tema do moderno em oposição ao tradicional, ou ainda, na compreensão das concepções dualistas dos anos cinquenta e sessenta. A compreensão alternativa da singular construção de um capitalismo periférico marcado por processos sociais irregulares e desiguais está na verdade na modernidade que se abre às contradições e às tensões sociais na periferia.

Na história contemporânea do Brasil, os processos sociais rurais estão relacionados a um projeto de modernização capitalista no campo e que, a partir disso, recriam uma estrutura agrária capitalista periférica dependente marcada decisivamente por um forte apego à ideologia do progresso e pela dinâmica do capitalismo internacional. Embora o processo de internacionalização do capital seja uma característica permanente do capitalismo, o contexto político, econômico e social internacional que pode ser destacado por irromper uma

crescente mercantilização a nível mundial da agricultura nas nações latino-americanas data a partir de 1945, nos acordos monetários de Bretton Woods, quando os países capitalistas, tendo como principal liderança os E.U.A., estabelecem um processo ideológico e estratégico de unificação comercial. Inicia-se então no contexto latino-americano um processo acelerado de “modernização agrícola” – alta tecnologia de sementes, insumos químicos e equipamento agrícola – chamado de “revolução verde”:

A revolução verde gerou em alguns países da periferia o desenvolvimento de complexos agroindustriais competitivos internacionalmente, mas, mesmo nesses casos, as promessas de autossuficiência alimentar e de resolução dos problemas agrários não foram obtidas. Países como o Brasil e Índia, por exemplo, continuaram com altos índices de pobreza e de desnutrição, além de terem enfrentado a partir de então crescimento dos conflitos rurais em função da concentração e expropriação de terras, migrações em massa, aumento da criminalidade urbana e do desemprego. (VIEIRA, 2011, p.177).

Nos anos sessenta e setenta, mais especificamente no Brasil, esse processo de expansão capitalista e/ou de modernização no campo teve um novo capítulo acionado doravante pela política de desenvolvimento agropecuária implantada pela ditadura militar, o que, por sua vez, aceleraria enormemente as transformações no campo. De fato, nesse período, não faltaram incentivos financeiros para que as empresas capitalistas e os grupos econômicos – em sua maioria estrangeiros – ocupassem a agricultura e a pecuária, principalmente na região amazônica. Os impactos e as tensões sociais no campo aumentaram de maneira significativa, nessa época, e deram-se justamente por essa penetração do progresso capitalista concretizado através de despejos violentos para abrir espaço às novas empresas (mineração, hidrelétrica e rodovias), assassinatos de trabalhadores, queima de casas, destruição de roças e o esvaziamento de território como um instrumento para aniquilar os povos indígenas (MARTINS, 1988, 1985).

## **2 Neoliberalismo e a política dos movimentos camponeses na América Latina**

Nas décadas posteriores, com os programas de ajuste estrutural no campo em escala planetária, inaugura-se e consolida-se uma política agrária neoliberal – baseada fortemente na ideologia do progresso – de intensa acumulação de capital

privado internacional na economia rural, entrando em pauta, com mais vigor, a discussão sobre o comércio de produtos agrícolas, os direitos de propriedade intelectual, a inovação científica e os recursos genéticos. Dessa vez, com o objetivo de integrar de uma vez por todas a agricultura aos mercados externos e ao complexo agroindustrial internacional. No Brasil, principalmente, a economia agrária moderna teve como expressão maior o agronegócio – **o mais sólido bastião interno do capitalismo dependente** (OLIVEIRA, 2003). Uma radical reestruturação produtiva no campo (CHONCHOL, 2005) entrava em marcha modificando os processos da vida social no mundo agrário. O sociólogo boliviano Álvaro García Linera registra essa metamorfose que se configurou na Bolívia:

[...] enquanto um dos eixos da estratégia neoliberal de reconfiguração da geração de excedente econômico é aquele que se refere à subsunção de valores de uso pela lógica do valor de troca – ou, o que dá no mesmo, da mercantilização das condições de reprodução social básica (água, terra, serviços), antes reguladas por lógicas de utilidade pública (local ou estatal) aquelas que possuíam uma função territorial, como a terra e a água, criando-se, assim, as condições de possibilidade material para a reativação prática das antigas estruturas sociais de agregação territorial e para a produção de novas estruturas de unificação emergentes de novos perigos. (LINERA, 2010, p.247).

Nesse contexto, ocorre um ressurgimento intempestivo de forças sociais na América Latina, acentuadamente no campo, e que a despeito de sua heterogeneidade constituem “[...] uma resposta aos efeitos nefastos da política neoliberal que vem sendo implantada.” (GALVÃO, 2008, p.9). Na história recente da América Latina, a importância crescente dos movimentos camponeses desautorizaria de uma vez por todas a hipótese na qual se sustentava o desaparecimento desse sujeito social. De maneira geral, os movimentos populares contemporâneos do campo têm denunciado as políticas neoliberais, como indica a Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade, em 1990, o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no estado de Chiapas, em 1994, a rebelião indígena equatoriana, em 2000, e os ciclos de protestos, a “guerra da água” e a “guerra do gás”, em 2003 e 2005 na Bolívia. A crescente desnacionalização da economia dos países, os tratados de livre comércio, a interferência dos organismos multilaterais em aliança com as políticas governamentais – principalmente o Banco Mundial –, o aumento das tarifas dos serviços públicos, são exemplos de medidas com as quais os movimentos dos camponeses na América Latina têm se defrontado permanentemente.

Vale notar que os sujeitos sociais no campo se inserem em uma base social diferenciada, ocupando por isso múltiplas dimensões: as interseções entre gênero (questão da mulher), etnia (indígena) e classe (camponeses pobres) exprimem interesses diversos, mas unidos a um aspecto comum que permeia a sua própria prática social: uma crítica à política de modernização no campo. A resistência dos camponeses nos tempos atuais é, portanto, uma expressão das contradições do desenvolvimento desigual e combinado do capital, de suas relações e de seus antagonismos de gênero/etnia/classe.

### **3 O retorno das articulações internacionais: MST, CLOC e Via Campesina**

Uma das formas históricas de atuação que permanecem atualmente como um horizonte de luta é a ação internacionalista. Ruy Mauro Marini (1998) depositava no caráter internacional das lutas a contribuição mais original da América Latina à luta do proletariado (no sentido amplo do termo) mundial. Como se sabe, o internacionalismo foi um elemento central da teoria e da prática da esquerda mundial durante os séculos XIX e XX. Todavia, essa forma histórica de articulação dos “de baixo” foi totalmente ignorada pela produção acadêmica contemporânea acerca dos “novos” movimentos sociais, assinalando uma absoluta novidade nas chamadas redes transnacionais. Como observa Flávia Braga Vieira (2011), ao apagar essa perspectiva histórica de articulação, as teorias que se debruçam sobre o fenômeno das ações coletivas globais revelam limites e, ademais, um forte componente ideológico que carregam: “Existe, portanto, uma grande lacuna analítica e teórica que precisa ser preenchida de forma a poder-se identificar o que há de novidade e o que há de permanência na situação contemporânea de articulações internacionais.” (VIEIRA, 2011, p.120).

Seja como for, essa prática internacionalista continua presente, como alcance e um **projeto político** e como capacidade de mobilização, mas agora levado adiante, ou melhor, protagonizado por um sujeito social diverso – o camponês – daquele que foi precípua nas articulações internacionais de outrora – o operário. De maneira sucinta, trata-se aqui de apontar que o processo de internacionalização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – manifestado concretamente na articulação com a CLOC e a Via Campesina – tem estimulado a formulação de um projeto político latino-americano cuja centralidade está na crítica da política neoliberal agrária.

O amplo leque de lutas sociais que marcaram a emergência do MST, desde a decomposição do regime militar até o tempo presente, permeia vários momentos do movimento. Bernardo Mançano Fernandes (2010) registra quatro momentos da formação do MST: gestação, consolidação, institucionalização e mundialização. Embora tais momentos possam ser periodizados, eles não foram superados e, desse modo, estão abertos, em vias de se fazerem. Contudo, o momento privilegiado neste trabalho é justamente a mundialização/internacionalização do MST:

O quarto momento na formação do MST inclui o processo de mundialização dos movimentos camponeses, com a criação e o fortalecimento da Via Campesina. A nova conotação internacional da luta pela reforma agrária, a partir da segunda metade da década de 1990, ganha força com o surgimento da Via Campesina e a disputa em torno da política da reforma agrária do mercado do Banco Mundial. (FERNANDES, B., 2010, p.164).

As lutas das organizações sociais adquiriram diversas expressões, incorporando novas reivindicações e, igualmente, convivendo com antigas pautas reivindicatórias. Nota-se particularmente o nascimento na década de noventa de uma articulação continental e internacional protagonizada a partir da organização e mobilização de forças sociais camponesas. Há, nesse sentido, a construção de uma nova percepção no interior do movimento que busca desenvolver no militante as dimensões supranacionais do problema da luta pela terra e pela reforma agrária. A ação exterior e transnacional do MST ocorre paralelamente à história de formação da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) e da Via Campesina, em escala continental e internacional, respectivamente. Breno Bringel e Alfredo Falero (2008, p.282, grifo nosso) acentuam que um dos pilares nos quais está plasmada a atuação exterior do MST é a relação e a articulação “[...] *duradoura* através de espaços e redes transnacionais de organizações e movimentos sociais camponeses (é o caso da CLOC, em âmbito regional, e da Via Campesina, em âmbito global).”

O processo de articulação das próprias organizações camponesas da América Latina tem sua raiz no final dos anos 1980 com a Campanha “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” que se desenvolveu nos anos de 1989 e 1992. O objetivo na ocasião era organizar um protesto contra as festividades político-culturais organizadas pelo Estado, Igreja e iniciativa privada para as comemorações do quinto centenário do “descobrimento” e da “conquista”.

Como nos informa Michael Löwy (2008, p.87), os movimentos se uniram em Bogotá em maio de 1989 por iniciativa do MST, no Encontro Latino-americano de Organizações Camponesas e Indígenas, com a participação de trinta organizações de 17 países do continente. Em uma das conclusões finais, os delegados do encontro proclamaram:

*Los poderosos de hoy nos hablan del Encuentro de dos Mundos, y, bajo este mando, pretenden hacernos celebrar la usurpación y el genocidio. No, no vamos y de discriminación y hacer un espacio para la construcción de una sociedad nueva, democrática y respetuosa de la diversidad cultural, fundada en los intereses y las aspiraciones del pueblo. [...] Lhamamos a todos los explotados y oprimidos de América a participar en la Campaña de 500 años de resistencia indígena y popular [...], para recuperar nuestra identidad y nuestro pasado histórico, pues la memoria de los pueblos es una fuente de inspiración permanente para las luchas de emancipación y de liberación. (LÖWY, 2008, p.88).*

Embora nesse momento as organizações camponesas como a CLOC e a Via Campesina não estivessem formadas, muitos dos que participavam naquela ocasião, fariam parte inclusive de sua formação. Todavia, como atesta João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do MST e da Via Campesina, existiria, a bem verdade, desde os primórdios do MST um “DNA internacionalista”:

Eu acho que houve uma vocação ideológica [internacionalista] das influências que nós sofremos da CPT [Comissão Pastoral da Terra]. A CPT sempre teve uma visão latino-americanista, provavelmente por influência de Dom Pedro Casaldáliga, e mesmo porque a Igreja, de certa forma, ela é mais universal, né? Então, eu acho que a CPT sempre influenciou positivamente o MST, para nós termos uma visão mais latino-americana. E eles ajudaram, por exemplo, no congresso de fundação do MST, vieram delegações praticamente de todos os países da América Latina. E quem passou o contato foi a CPT porque nós nem existíamos e nem tínhamos uma rede de contatos. E eu acho que uma outra influência foi a ideia das esquerdas, que já estavam mais latino-americanizadas, né? A teoria da dependência, tudo isso, eu acho que foi criando um contexto para que o MST já nascesse com um DNA internacionalista. (STÉDILE apud VIEIRA, 2011, p.182).

Mesmo que nessa época ainda não desfrutasse da circulação e do espaço (inter)nacional que se tem atualmente, o MST não estava voltado para o isolamento para com os outros movimentos sociais rurais que eclodiam na

cena política da América Latina. É certo que não havia um vínculo orgânico internacionalista, mas havia um acompanhamento relativamente suficiente, cuja mediação foi levada por algum tempo pela CPT.

Posteriormente, nos anos de 1990, a perspectiva se amplia, os eixos de luta se renovam, sobretudo naqueles que intercedem pela transformação social no subcontinente. A rota internacional do MST adquire sua força conforme foi se desenhando a formação e a consolidação com a CLOC e a Via Campesina<sup>2</sup>. No 4º Congresso Nacional do MST, que ocorreu em 2000, cujo lema era “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”, um dos desafios que se colocava em pauta era justamente “[...] o fortalecimento e ampliação da nossa política [de] relações internacionais, priorizando os trabalhos de formação e organização da CLOC e da Via Campesina.” (MST, 2000).

Há um esforço, igualmente, em integrar com outros setores subalternos da sociedade, em construir alianças permanentes, já que há um consenso de que mesmo o fortalecimento internacional dos camponeses não basta para alcançar uma série de reivindicações.

*Creo que se há desarrollado una conciencia cada vez más profunda de que las y los campesinos solos no pueden derrotar al neoliberalismo y las transnacionales. Ni siquiera es una cuestión ideológica, es una necesidad objetiva la construcción de una gran alianza de clase con las y los trabajadores de la ciudad de todos los sitios, pero podríamos empezar sobre todo con las y los trabajadores de las mismas empresas transnacionales en cuyas plantas producen los venenos, la maquinaria, los fertilizantes.* (STÉDILE apud VIA CAMPESINA, 2009, p.31).

No final da década de 1990, aumenta de maneira significativa a participação do MST em vários outros agrupamentos de iniciativas de massa, protestos, campanhas e conferências conjuntas, que se denominaram na história recente da ação coletiva em nível internacional de movimentos “antiglobalização”<sup>3</sup>, que tiveram como ação concreta a intervenção em processos estratégicos como as organizações econômicas multilaterais – a Organização do Comércio Mundial (OMC), em Seattle (1999) e Cancun (2003).

<sup>2</sup> Para uma análise da formação da CLOC, cf. Zampier (2007); e para uma análise da formação da Via Campesina, cf. Desmaris (2007) e Vieira (2011, p.173-252).

<sup>3</sup> O termo varia de acordo com analistas, movimentos e organizações que denominam às vezes como “por uma outra globalização”, ou “contraglobalização neoliberal”, ou ainda, “altermundialismo”.

## 4 (Crítica da) modernização dependente do campo e a resignificação da reforma agrária no MST

Como foi sublinhando, a retomada das lutas indígenas e camponesas no cenário latino-americano fez com que elas se organizassem e se articulassem para além de suas fronteiras. A Via Campesina tornou-se a principal interlocutora dos movimentos camponeses, desenvolvendo lutas conjuntas em escala mundial, e o processo de formação do MST não escapou à ampliação internacional da luta camponesa.

Então o capital globalizou as formas de exploração, e trouxe como contradição, que os movimentos camponeses, antes muito corporativos, localizados, agora também se internacionalizam, se conhecem, se globalizam. Agora, na Via Campesina descobrimos que os principais exploradores dos agricultores do Brasil são os mesmos que estão na Índia, nas Filipinas, na África do Sul, no México, na Europa, ou seja, a Monsanto, a Nestlé, etc. (STÉDILE, 2003).

Esse vínculo com a Via Campesina/CLOC tem amadurecido especialmente no MST uma compreensão que destaca de maneira decisiva a influência do contexto internacional no meio rural fazendo com o conceito de reforma agrária concatena-se com uma série de temas<sup>4</sup>. Vale citar uma passagem do claro desconforto que alguns dos membros do MST – nesse caso, Gilmar Mauro, membro da direção nacional – em relação a uma suposta restrição de alguns temas que o movimento teria tratar:

Quando se quer discutir política, economia etc., sempre somos impelidos a ficar restritos ao campo da reforma agrária. E, quando colocamos que a questão da reforma agrária é maior, que envolve necessariamente um debate sobre a economia e a sociedade, tratando de nos desqualificar, afirmando que sem-terra não deveria estar discutindo projeto de sociedade! E, quando discutimos politicamente transgênicos e ALCA, parece que se trata de

---

<sup>4</sup> A **prática internacionalista** vem proporcionando, outrossim, ao MST uma autocrítica em relação ao papel fundamental que as mulheres desempenham em suas ações e eventos. Em pesquisa realizada por Peschanski (2007) sobre a organização do MST, o autor procurou a composição histórica da Direção Nacional (DN), instância decisória criada em 1988, traçando o perfil de suas lideranças, através da origem social (camponesa e não-camponesa) e do sexo (masculino e feminino). Descobriu-se, então, que a DN foi majoritariamente formada por lideranças com origem no campo e, ao mesmo tempo, em um espaço pouco aberto às mulheres até 2005. A partir de 2006, as mulheres teriam, nessa instância, uma participação numérica equivalente à dos homens. Para uma análise do protagonismo das mulheres nos movimentos sociais, especialmente no MST/Via Campesina, cf. Pinassi (2009).

questões que estão fora de nossa capacidade e possibilidade de análise. Sempre brincamos que parece estar escrito “nacionalidade: sem-terra” em nossa identidade, de tão limitado que é esse pensamento. (MAURO, 2004, p.354).

Conforme o MST foi estimulando a refletir a reforma agrária de um ponto de vista mais amplo devendo muito esse tipo de pensamento, vale ressaltar, ao se articular com as lutas camponesas internacionais, foi expandindo, em medidas crescentes, seus objetivos iniciais, colocando-se em um plano mais amplo<sup>5</sup>, uma série reivindicações em suas pautas e na qual a ideologia do progresso no campo, com base na ciência e da técnica, tem se tornado os motivos de maior crítica do movimento. Assim, os problemas que têm sido amplamente debatidos nos movimentos camponeses e que tem assumido centralidade no MST é a crítica ao incentivo da política neoliberal agrária que se traduz no chamado modelo do agronegócio<sup>6</sup> – à produção de transgênicos em terras brasileiras por empresas transnacionais, à entrada massiva de capital estrangeiro nas zonas rurais, à produção ao monocultivo e à depredação do meio ambiente e da biodiversidade. No V Congresso Nacional do MST, em 2007, estavam, dentre outras, entre as linhas políticas do MST:

Lutar contra a derrubada e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e [a] monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc. (MST, 2007).

Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país. (MST, 2007).

---

<sup>5</sup> Isso muito bem transborda para o âmbito organizativo do MST e, diga-se de passagem, um dos temas mais polêmicos em relação ao movimento. Enfocando as relações entre movimento social e sua organização política formal, na avaliação de Luciana de Aliaga (2008), o MST é fruto de uma construção de uma organização política no interior do movimento de massas que torna a luta política da reforma agrária um aspecto importante – *mas não único* – de um projeto político mais abrangente por incorporar os interesses das classes populares como um todo. Assim, “[...] não se pode dizer que o MST deixou de ser um movimento social, também não é possível afirmar que seja um partido político *strictu sensu*. A peculiaridade do MST consiste em sua capacidade de incorporar características de partido de movimento social, o que não faz dele um partido político, mas que lhe imprime na estrutura organizativa uma ‘forma partido’.” (ALIAGA, 2008, p.8).

<sup>6</sup> Maria da Glória Gohn (2010, p.146), por seu turno, afiança que nos últimos anos houve um deslocamento do foco de luta do MST e da Via Campesina, “[...] por entenderem que a contradição principal no meio rural brasileiro hoje está entre o agronegócio exportador e os trabalhadores rurais sem-terra, e não entre a desapropriação e o crédito fundiário”.

Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno. (MST, 2007).

A defesa irredutível para uma mudança no sistema agrícola de forma a favorecer a pequena agricultura, do controle democrático dos recursos e do patrimônio genético, do incentivo à agroecologia como proposta alternativa de uma agricultura que respeite e não incentive a destruição do meio ambiente valoriza, pois, as práticas e os valores que resgatam a tradição e os saberes da cultura camponesa, principalmente em sua relação com a natureza e os alimentos. Além disso, “[...] o MST integrou cada vez mais a dimensão ecológica no combate por uma reforma agrária radical e um outro modelo de agricultura.” (LÖWY, 2010, p.41). Com isso, o MST não é um dos principais agentes de modernização do campo, como aponta José de Souza Martins (2008, p.49, nota 45); ele rompe com a ideologia produtivista do progresso e se opõe à expansão ao infinito de um modo de produção e consumo destruidor da natureza. Com efeito, o MST vem orientando os problemas do campo e do meio ambiente por uma compreensão que tem como pressuposto o efetivo processo de modernização de grandes proporções nos países periféricos latino-americanos.

## REFERÊNCIAS

ALIAGA, L. de. **A forma política do MST**. 2008. 206f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

BRINGEL, B.; FALERO, A. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Cadernos do CRH**, Salvador, v.21, p.269-288, 2008.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.45, p.33-48, 2005.

DESMARIAS, A. A. **La Vía Campesina**: globalization and power of peasants. Ann Harbor: Pluto Press, 2007.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p.161-198.

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008. p.171-190.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GALVÃO, A. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.2, n.2, p.8-24, 2008.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LINERA, A. G. **A potência plebeia**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LÖWY, M. Crise ecológica, capitalismo altermundialismo: um ponto de vista ecosocialista. **Margem Esquerda**, São Paulo, n.14, p.36-42, 2010.

\_\_\_\_\_. El punto de vista de los vencidos en la historia de América Latina: reflexiones metodológicas a partir de Walter Benjamin. In: VEDDA, M. (Org.). **Walter Benjamín: constelaciones dialécticas**. Buenos Aires: Herramienta, 2008. p.81-90.

MARIÁTEGUI, J. M. **Historia de la crisis mundial**. Lima: Amauta, 1971.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (Org.). **América Latina: história, ideias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998. p.113-130

MARTINS, J. de S. As contradições do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008. p.17-50.

\_\_\_\_\_. **Não há terra para plantar neste verão**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MAURO, G. O significado da reforma agrária para os movimentos sociais. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela: Paz e Terra, 2004. p.353-364

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA [MST]. Carta. In: CONGRESSO NACIONAL DO MST, 5., 2007, Brasília. **Reforma agrária:** por justiça social e soberania popular. Brasília: MST, 2007. Disponível em: <<http://mst.org.br/book/export/html/88>>. Acesso em: 9 jun. 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS DOS SEM TERRA [MST]. Carta. In: CONGRESSO NACIONAL DO MST, 4., 2000, Brasília. **Reforma agrária:** por um Brasil sem latifúndio. Brasília: MST, 2000. Disponível em: <<http://mst.org.br/book/export/html/88>> Acesso em: 9 jun. 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, ano 19, n.21, p.113-156, 2003.

PESCHANSKI, J. A. **A evolução organizacional do MST**. 2007. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PINASSI, M. O. Uma ontologia dos movimentos sociais de massas e o protagonismo atual das mulheres. In: \_\_\_\_\_. **Da miséria ideológica à crise do capital:** uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009. p.73-82.

STEDILE, J. P. **Toda vez que um movimento social ficou dependente de partido, estado ou governo, acabou**. [jan. 2003]. Entrevistador: Larissa Magrisso. Disponível em: <http://www.rebellion.org/hemeroteca/brasil/stedile210103.htm>. Acesso em: 23 jun. 2010.

VIEIRA, F. B. **Dos proletários unidos à globalização da esperança:** um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.

VIA CAMPESINA. **Las luchas del campesinato em el mundo**. Ehne, 2009.

ZAMPIER, M. B. **Movimentos sociais, apropriação das tecnologias da informação e comunicação e a centralidade na rede da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo**. 2007. 210f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2007.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MARTINS, J. M. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.11-76

SCHERER-WARREN, I. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.5-26, 2007.

